

A instrução primária no Rio de Janeiro imperial: esboço das escolas públicas nas últimas décadas do século XIX

Alessandra Frota Martinez de Schueler

Resumo

O presente ensaio integra o projeto de doutorado em andamento, no programa de pós-graduação em Educação da UFF, intitulado *Cotidiano e experiências escolares na cidade do Rio de Janeiro – 1870-1890*. O texto que ora apresento, partindo da historiografia geral sobre a cidade do Rio de Janeiro, dos dados censitários (Censo de 1872) e dos documentos impressos e manuscritos da Inspeção de Instrução Pública da Corte, visa traçar, grosso modo, um perfil social e ocupacional das freguesias urbanas e rurais, buscando realizar um mapeamento da distribuição das escolas públicas primárias na cidade. Com isso, pretende-se não apenas quantificar o número das escolas, como também reconstituir os espaços urbanos e os contextos sociais e culturais nos quais estas escolas estavam inseridas. Em outro momento, objetivando reconstruir aspectos do cotidiano escolar, analiso relatórios da inspeção geral e outros documentos redigidos por professores públicos, os quais trazem informações importantes no sentido de permitirem o acesso às representações sobre as escolas e os indícios de possíveis experiências de professores e alunos na instrução primária, nas últimas décadas do oitocentos.

Palavras-Chave: história da educação; escolarização; urbanização; escolas públicas primárias

Abstract

O presente ensaio integra o projeto de doutorado em andamento, no programa de pós-graduação em Educação da UFF, intitulado *Cotidiano e experiências escolares na cidade do Rio de Janeiro – 1870-1890*. O texto que ora apresento, partindo da historiografia geral sobre a cidade do Rio de Janeiro, dos dados censitários (Censo de 1872) e dos documentos impressos e manuscritos da Inspeção de Instrução Pública da Corte, visa traçar, a grosso modo, um perfil social e ocupacional das freguesias urbanas e rurais, buscando realizar um mapeamento da distribuição das escolas públicas primárias na cidade. Com isso, pretende-se não apenas quantificar o número das escolas, como também reconstituir os espaços urbanos e os contextos sociais e culturais nos quais estas escolas estavam inseridas. Em outro momento, objetivando reconstruir aspectos do cotidiano escolar, analiso relatórios da inspeção geral e outros documentos redigidos por professores públicos, os quais trazem informações importantes no sentido de permitirem o acesso às representações sobre as escolas e os indícios de possíveis experiências de professores e alunos na instrução primária, nas últimas décadas do oitocentos.

Key-words: history of education; schooling; urbanization; elementary public schools

Modernizar a cidade: a instrução pública como projeto de intervenção urbana

Para compreender a ênfase dos discursos do Estado e da sociedade imperiais em relação à instrução e à educação populares, desde meados dos anos 1850, é preciso ter em mente que ela estava acompanhada e imbricada a outros projetos de intervenção dos poderes públicos na vida da população e no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, então coração e capital política do Império do Brasil.¹

Se o Rio de Janeiro, desde o início do século XIX, como centro do poder estatal, possuía inegável importância política, comercial e cultural, de fato, a partir da década de 1850 a cidade sofreu um crescente processo de urbanização, incrementado pelo aumento demográfico expressivo devido às migrações internas e a imigração, principalmente portuguesa.²

A abolição do tráfico africano, em parte, foi responsável pelo investimento dos capitais, provenientes da economia cafeeira, em outras atividades, como o comércio, bancos e seguradoras, a produção manufatureira e outros setores de infra-estrutura urbana. Capitais estrangeiros, em maior parte de origem britânica, fizeram-se presentes em inúmeros serviços então implementados na cidade, desde a iluminação pública aos bondes elétricos e às ferrovias.

Apontando para a necessidade de higienizar e sanear, vacinar, construir diques e lavadouros, reformar a zona portuária e comercial, construir habitações salubres, jardins e praças, destruir cortiços e casas-de-cômodos, tratar mangues e aterrar areais³, criar escolas primárias e profissionais, os higienistas, médicos e os outros intelectuais e dirigentes imperiais intentavam não apenas transformar e modernizar a cidade, mas atingir os costumes e uniformizar os hábitos da população, cultural e socialmente heterogênea.

No Rio de Janeiro do final do séc. XIX, advogados, médicos, professores e professoras, literatos, políticos, discutiam as questões sobre a necessidade de educar as crianças no Parlamento, na imprensa, nas

¹CAVALCANTE, Berenice. "Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene no Rio de Janeiro" in *Revista do Rio de Janeiro*. RJ: UFRJ, 1986. e CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. SP: Cia. das Letras, 1997. A respeito da "ideologia da higiene" nos projetos de escolarização, consultar GONDRA, José. *Artes de Civilizar. Medicina, Higiene e Educação na Corte Imperial*. SP: FEUSP, março de 2000, p. 66 – 69.

²BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. RJ: Biblioteca Carioca, 1990. p.77.

³PADILHA, Sylvia. "Da Cidade Velha à periferia". *Revista do Rio de Janeiro*, Vol 1, 1986; FRITSCH, Lilian Vaz. "Palavras ao Vento: a urbanização do Imperial". e "Notas sobre o Cabeça de Porco" in *Revista do Rio de Janeiro*, Vol 1, 1986; ABREU, Maurício. "Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução", na mesma revista, e do mesmo autor, *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. RJ: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 1982.

Conferências públicas e nas suas Sociedades e Associações, como, por exemplo, a *Sociedade Amante da Instrução*, a *Associação Promotora da Instrução de Meninos e Meninas*, a *Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagoa*, a *Associação Municipal de Instrução e Proteção da Infância Desvalida* – cujos fundos financiaram, em parte, a construção de imponentes edifícios escolares – e a *Associação Protetora da Infância Desamparada*.⁴

Ao projetarem medidas e apresentarem soluções para os problemas da cidade, indicando caminhos para “civilizar” e educar a população, os dirigentes imperiais estavam olhando para a realidade à sua volta⁵: a de uma cidade cujo crescimento demográfico era assustador e que, na década de 1870, a maioria da população era livre, negra e mestiça.⁶ Confundiam-se então os livres e os escravos, os nacionais e os estrangeiros, principalmente os portugueses e os italianos, recém-chegados. Com a progressiva diminuição do número de escravos urbanos, em decorrência da extinção do tráfico africano, das políticas privadas de senhores para alforriar cativos e da venda de grandes levas para as fazendas do interior, a Corte parecia para os escravos e libertos ao ganho uma verdadeira “cidade esconderijo”.⁷

A crescente complexidade da sociedade, o crescimento demográfico e a heterogeneidade étnica e sócio-cultural da população contribuíam para que os esforços no sentido de promover melhorias nos serviços e o processo de modernização esbarrassem nas formas tradicionais e nos problemas urbanos estruturais da sociedade carioca, como a crise habitacional, o alto preço dos aluguéis, as epidemias de febre amarela e a ausência de saneamento nas áreas centrais mais populosas – fatores que vieram a se agravar com a concentração e o crescimento demográfico a partir das últimas décadas do século passado. Todos esses problemas afetavam as escolas, e continuaram a afetar o lento processo de constituição dos espaços escolares, nos primeiros trinta anos da República.⁸

⁴Para um mapeamento das Sociedades particulares, então formadas na cidade, ver MARTINEZ, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial*. Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1997.

⁵Martha Carvalho há muito teceu críticas à tradicional doutrina do “transplante cultural”, presente na historiografia educacional in *A Escola e a República*. SP: Brasiliense, 1989.

⁶BRASIL. CENSO. 1º DE 1872. *Recenseamento da população do Império do Brasil a que se precedeu no primeiro de agosto de 1872*. RJ, 1873-1876. (Vol. 1 Município Neutro); CASTRO, Hebe de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil. séc.XIX*. RJ: Prêmio Arquivo Nacional, 1995.

⁷CHALHOUB, S. *Visões de Liberdade*. SP: Cia. das Letras, 1988.

⁸NUNES, Clarice. *A Escola Redescobre a Cidade*. Reinterpretação da modernidade pedagógica no espaço urbano carioca/1910-1933. Tese de Concurso para Professor Titular, UFF: Niterói, 1993.p. 5. Ver também da autora: *Recontando a História: a escola primária no Distrito Federal através de depoimentos orais*. Legenda. Ano V, nº 10, p. 39-52, 1985, p. 39-52 e “(Des)encantos da Modernidade Pedagógica” In: LOPES, Eliane M. & FARIA FILHO, Luciano. (orgs.) *500 Anos de Educação no Brasil*. BH: Autêntica, 2000.

Quem educar e instruir? Perfil populacional, social e escolar da cidade do Rio de Janeiro

Em 1872, a população da cidade, segundo dados do primeiro Censo nacional, chegava aos 274.972 habitantes, sendo a maioria constituída por indivíduos livres e libertos, devido à queda significativa do número de escravos (48.939), que então representava apenas 20,56% do total de trabalhadores urbanos.⁹ A proporção dos indivíduos livres e libertos, nacionais e estrangeiros – para quem, em tese, as escolas públicas e particulares eram legalmente franqueadas e destinadas, era, já em 1872, quatro vezes superior ao número de escravos na Corte, representando cerca de 80% da população. Em 1878, a proporção será ainda mais elevada, na medida em que a quantidade de cativos na cidade decresceu para cerca de 37.285 indivíduos.

Do ponto de vista ocupacional, entre a população livre, o Censo de 1872, apontava para uma grande quantidade de pessoas classificadas como “sem profissão”, 92.106, isto é, 38,61% do total, categoria que, segundo Jaime Benchimol, compunha uma variedade de ofícios, como carregadores, ambulantes, artesãos autônomos, mendigos e trabalhadores pobres. Entre os empregados domésticos, havia cerca de 20.000 indivíduos, com grande percentual de mulheres e crianças. Nas demais profissões classificadas encontravam-se: 63,86% de “trabalhadores braçais”; 36,14% “artesãos oficiais”; 8,54% de comerciários e comerciantes; 10% de “proprietários e capitalistas”, 4,8% de profissionais liberais (incluindo 897 professores e homens de letras).

Nesse contexto de *boom* demográfico, houve um agravamento das condições gerais de sobrevivência para as camadas pobres e trabalhadoras, na medida em que aumentou a defasagem entre a reduzida oferta e a alta procura de empregos; recrudesceram os problemas habitacionais e a concentração de pessoas nas áreas centrais, residentes em casas-de-cômodos, estalagens e cortiços; precarizou-se, ainda mais, as condições sanitárias e higiênicas das áreas urbanas mais populosas.

A população da cidade concentrava-se nas áreas classificadas como urbanas pela divisão político-administrativa. Em 1872, havia 19 paróquias ou freguesias, sendo 11 consideradas urbanas, com um total de 220.000 habitantes (Engenho Velho, São Cristovão, Espírito Santo, Santana, Santo Antonio, Sacramento, Candelária, São José, Santa Rita, Glória, Lagoa), e 8 rurais, com cerca de 50.000 habitantes (Santa Cruz, Guaratiba, Campo

⁹ LOBO, Eulália. *História do Rio de Janeiro*. IBMEC, 1978, p. 210-211.

Grande, Jacarepaguá, Irajá, Inhaúma, incluindo-se as Ilhas do Governador e de Paquetá).¹⁰

De fato, as áreas centrais da cidade, constituídas pelas Freguesias da Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana, registravam, ainda em 1868, 11.526 pessoas residentes em cortiços, o que representava 58% da população deste perímetro urbano. Entre estas freguesias, a Cidade Nova – especificamente a freguesia de Santana – era a mais populosa, concentrando cerca de 32.683 pessoas, sendo que 6.458 moradoras em habitações coletivas.

Noronha Santos produziu obras minuciosas sobre a cidade do Rio de Janeiro e as características sócio-econômicas das áreas rurais e urbanas, no século XIX.¹¹ No que se refere às áreas rurais Eulália Lobo e Jayme Benchimol, baseados no ilustre memorialista, destacaram a presença significativa da produção agrícola de subsistência e de abastecimento para os arredores e o centro da cidade. Nas lavouras ainda era significativa a presença dos escravos, embora se acentuasse a tendência de crescimento do trabalho livre.

Para as freguesias **rurais**, os dados sobre a existência de escolas públicas e particulares destinadas ao ensino primário de livres e libertos são, infelizmente, precários e imprecisos, devido às dificuldades da fiscalização e do registro, a cargo do Ministério do Império, responsável pela administração da instrução primária e secundária na Corte, bem como do superior em todo o Império. De acordo com o Relatório da pasta, para 1870, a área mais afastada do centro da cidade contava com poucas escolas públicas e particulares, assim distribuídas: em Santa Cruz, 2 escolas primárias particulares; em Guaratiba, 3 escolas particulares; em Campo Grande: 4 escolas, 2 públicas e 2 particulares, uma para cada sexo; em Jacarepaguá, 4 escolas, divididas em públicas e privadas.

Com o surgimento dos bondes a burro (década de 1840) e elétricos (1870) algumas áreas rurais, mais próximas ao centro, assistiram ao incremento em população e produção locais. Assim, um pequeno comércio foi estabelecido próximo às estações de Irajá, que contava cerca de 2,4% do total de habitantes do Rio de Janeiro. Registrava, a freguesia, a existência de 2 escolas públicas, 1 para cada sexo, além de 2 aulas particulares.

Com características semelhantes, havia a paróquia de Inhaúma, conhecida pela produção de couro e cerâmicas de barro. As ferrovias conferiram crescimento e maior movimento populacional na região, a partir de 1870, que passou a concentrar cerca de 3% da população carioca. Havia,

¹⁰ “Expansão Urbana e Estruturação de Bairros no Rio de Janeiro: o caso de Botafogo”. In: *Revista do Rio de Janeiro*, nº 4, *opus cit...* p. 100.

¹¹ *As freguesias do Rio Antigo*. Cruzeiro, 1968.

no entanto, apenas 1 escola pública para os meninos, além de 2 particulares em Inhaúma.

Entre as freguesias rurais, a administração pública classificava as Ilhas do Governador e de Paquetá, por permanecerem sendo áreas de população rarefeita e rara e pequena produção agrícola e manufatureira. Em Paquetá, havia 2 escolas públicas, 1 para cada sexo. A população trabalhava na pesca e na marinharia, na produção e colheita do coco, na agricultura de subsistência, no pequeno comércio local e na produção de cal. Já na Ilha do Governador, onde o percentual populacional chegava a 2,4% do total, havia engenhos de cana, farta produção de tijolos, cerâmica e cal, além da atividade pesqueira, tendo sido 3 escolas públicas registradas (2 masculinas), além de 1 escola privada.

Sylvia Padilha, ao estudar o movimento de expansão da cidade para as zonas rurais, incrementada após a instalação das linhas de bonde e ferroviárias (a Estrada de Ferro D. Pedro II foi inaugurada em 1858, ramal São Cristovão-Queimados), enfatizou a importância crescente dos subúrbios, os quais iam surgindo na medida em que os capitais imobiliários e ferroviários – na maioria das vezes monopolizados nas mãos dos mesmos empresários e investidores – incentivavam a ocupação dessas áreas, iniciando a sua integração à malha urbana.

Entretanto, em que pese a crescente ocupação da área suburbana, a mesma autora chamou a atenção para o fato de que esta ocupação precisa ser relativizada, no que se refere aos anos de 1870, 1880 e 1890, pois “não houve uma corrida para os subúrbios”, na medida em que o custo dos transportes favorecia a tendência da população trabalhadora de se estabelecer em habitações coletivas no centro da cidade, nas freguesias da Cidade Velha e Nova, ainda que enfrentando os altos aluguéis e a precariedade das condições de habitação.

Entre as áreas suburbanas em desenvolvimento, destacava-se a freguesia do Engenho Velho (Tijuca e parte de São Cristovão atuais), bem como aquelas criadas a partir de seu desmembramento, São Cristovão e Espírito Santo.

Na região do Engenho Velho, funcionou o Matadouro da cidade, transferido de Santa Cruz em 1853, permanecendo na “Praça” até o ano de 1881, quando voltou a funcionar nos arredores da Fazenda Imperial. Concentrava cerca de 5,6% (cerca de 13.200 pessoas) do total de habitantes da cidade, população caracterizada, em 1870, pela presença de uma significativa população de libertos e livres, entre os quais 5.504 pessoas “sem profissão conhecida”. Registravam-se 2 escolas públicas, 1 para cada sexo. Quanto ao número de escolas particulares, por enquanto possuiu

apenas dados para a década seguinte (ano de 1884), na qual havia 14 estabelecimentos registrados.¹²

A Freguesia de São Cristovão, sede da Quinta Imperial da Boa Vista, residência da Coroa, foi desmembrada do Engenho Velho em 1856, contando uma população de cerca de 10.000 pessoas. Com imensos casarões nobres, caracterizava-se por constituir área residencial com pequeno comércio local.¹³ A ausência de escola pública em São Cristovão, para o ano de 1870, foi um dos motivos pelos quais a Associação Comercial da Corte escolheria o bairro para construir um edifício escolar (existe até hoje), concluído em 1872. Além disso, na Quinta da Boa Vista funcionava uma escola para ambos os sexos, mantida pela Coroa, para os filhos de seus empregados, livres e libertos. O número de estabelecimentos particulares conhecidos pelo Ministério do Império chegava a 4, em 1870.

Outra freguesia criada após o retalhamento de chácaras e o processo de urbanização do Engenho Velho foi a do Espírito Santo. Região de comércio varejista e manufaturas, em 1870, abrigava importantes fábricas de tecidos (Tijuca, Vila Isabel, Andaraí). Na década de 1870, sofreu grande aumento demográfico. Concentrava 4,5% (cerca de 17.000 pessoas) do total de habitantes da Corte.¹⁴ No início do período, possuía 1.972 domicílios registrados (entre os quais, 65 cortiços, com 1.918 pessoas) e nenhuma escola pública. Quanto às particulares, contavam-se 6, segundo a Inspetoria Geral.

As regiões ou freguesias definidas como **urbanas** concentravam a população – e as escolas –, já na década de 1870. Santana, Santa Rita, Santo Antonio, São José e Glória, tradicionalmente mais populosas, mantinham a alta densidade demográfica, ao passo que a cidade se estendia ao sul (Lagoa e Gávea) e ao norte (Engenho Velho, São Cristovão, Espírito Santo, esta última paróquia criada em 1865). Para estas áreas, os dados fornecem indícios mais precisos sobre o movimento de constituição de escolas primárias, públicas e particulares, razão pela qual merecem uma análise mais detida.

Na parte mais antiga da cidade, a Freguesia de São José abrigava o percentual de 8% (cerca de 20.020 pessoas) do total de habitantes, em 1870.

¹² *Relatório do Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município Neutro. Antonio Herculano Bandeira Filho. Anexo ao Relatório do Ministério do Império, 1885.*

¹³ O perfil sócio-ocupacional de São Cristovão apresentava, conforme dados oficiais: 2.716 empregados domésticos, 945 oficiais artesãos; 167 funcionários públicos; 135 pescadores; 107 homens de letras; 58 lavradores; 34 militares, 9 eclesiásticos e 3.805 pessoas “sem profissão conhecida”. Havia registro de 35 cortiços.

¹⁴ Entre as ocupações, a região concentrava homens de letras (220); empregados públicos (324); comerciantes e comerciários (526); proprietários (105); oficiais artesãos (3.083); empregados domésticos (4.048); marítimos (62); militares (52); lavradores (38); além de 7 pescadores, 6 eclesiásticos e 2.222 pessoas sem ocupação oficial.

O centro do poder político se localizava nessas áreas que, no caso de São José, era representado pela Câmara dos Deputados e o Ministério do Império, além do Arsenal de Guerra. Possuía 21 prédios públicos, 1883 particulares, 10 igrejas, 8 quartéis, 4 hospitais, 2 escolas públicas, 1 para cada sexo, e 3.773 fogos ou domicílios. Sobre as escolas particulares, conforme dados de 1884 havia, na freguesia, 12 estabelecimentos.

As casas comerciais e as oficinas registravam um total de 6.343 pessoas, entre comerciantes e trabalhadores de ofícios. Sem profissão conhecida ou registrada, havia alto percentual de pessoas, contando 6.045 indivíduos. Nesta freguesia, a população pobre se aglomerava em estalagens e acomodações coletivas (44 cortiços em 1868, com 2.022 habitantes).¹⁵

A Freguesia de Santana, área da Cidade Nova, era, de longe, a mais populosa, com alta densidade populacional, concentrando cerca de 8,5% da população, isto é, 32.863 habitantes, em 1872, entre escravos, libertos, nacionais livres e imigrantes, portugueses e italiano. Era a região de maior número de habitações coletivas, estalagens e cortiços – 154 – os quais abrigavam 6.458 pessoas. Entre os seus habitantes, um número surpreendente foi classificado como “sem profissão conhecida” – 14.327 – certamente constituindo o rol dos trabalhadores autônomos pobres, diaristas, jornaleiros, ambulantes, mendigos entre mil outros prestadores de serviços. Entre os profissionais registrados em 1870, havia 6.611 artesãos, 6.604 domésticos (apenas 448 escravos), 2.144 comerciantes e comerciários, 1.284 militares, 684 funcionários públicos, 361 homens de letras, 190 proprietários, 22 eclesiásticos e 22 capitalistas. A população pobre e trabalhadora convivía com comerciantes de varejo e atacado, proprietários de oficinas e artesãos estabelecidos – heterogeneidade que, aliás, era marcante em todas as freguesias da cidade.

Na populosa Santana, próximo ao Campo de Santana, estava localizada a sede da Estação Ferroviária de Pedro II, hoje nossa Central do Brasil. O Ministério da Guerra, o Ministério das Relações Exteriores (atual Palácio do Itamaraty), o Senado, a Casa da Moeda (hoje Arquivo Nacional), o Ministério da Justiça, a Casa de Detenção da Corte (Frei Caneca atual), o Quartel de Bombeiros e, em 1872, a Escola Pública Municipal de São Sebastião, construída para abrigar 600 crianças de ambos os sexos. Havia 15 edifícios públicos, 3.339 particulares, 5.461 fogos – o que indica uma vez mais a alta concentração de famílias em residências coletivas –, 1 igreja, 4 quartéis, 2 hospitais, 1 Casa de Saúde, 1 Asilo de Mendicidade (atual Hospital São Francisco, na Presidente Vargas) e 4 escolas públicas, 2 para

¹⁵ Os dados sobre o número de cortiços e habitações populares foram consultados em ROCHA, Oswaldo & AQUINO, Lia. *A Era das Demolições/Habitações Populares*. RJ: Biblioteca Carioca, 1986. p. 154.

cada sexo. Quanto ao número de escolas e colégios particulares, em 1884, a freguesia chegou a contar 16.

Apresentando alta densidade demográfica – 9,2% do total de habitantes, cerca de 26.909 pessoas em 1872 – com ruas tortuosas e estreitas, estava a principal área de comércio exportador e importador, centro nervoso das trocas mercantis na cidade, a Freguesia do Sacramento. Com alto percentual de 13,3% do total de escravos da Corte – trabalhadores nos serviços do comércio e criados – a freguesia possuía grande quantidade de comerciantes, caixeiros e empregados domésticos. Havia 7 edifícios públicos, 3247 particulares, 11 igrejas, 6 quartéis, 5 hospitais e 5.788 fogos, entre eles 31 cortiços com cerca de 700 moradores. Quanto ao número de escolas públicas, havia na paróquia do Sacramento 4 escolas públicas em 1870, 2 para cada sexo.

Outra área comercial e financeira importante, local de lojas importadoras, casas comissárias, oficinas, consulados, bancos e escritórios, era a Freguesia da Candelária, paróquia central da cidade. Preferida pelo comércio luso, recebia as levas de pequenos imigrantes estrangeiros, notadamente os pequenos portugueses, que vinham *fazer a América* como caixeiros, guarda-livros, escriturários, e comerciantes na Corte, entre outros serviços e ofícios. O Mercado do Peixe, a Alfândega e seus armazéns, nas proximidades do Largo do Paço (Palácio Imperial) e da Praça de D. Pedro II (atual Praça XV de Novembro), conferiam singularidade à freguesia da Candelária. A população de cerca de 9.900 pessoas (3,9% do total) – foi classificada, sob o aspecto ocupacional, como sendo: 4.512 comerciantes e comerciários; 1.454 empregados domésticos (maioria de escravos, 1234); 1.413 oficiais artesãos; 170 homens de letras, 18 marítimos, 15 proprietários, 14 capitalistas, 12 funcionários públicos, 4 eclesiásticos e 1.576 pessoas “sem profissão conhecida”. Na freguesia, em 1870, havia 2 escolas públicas, uma para cada sexo e nenhuma escola particular foi apontada pelas autoridades da Instrução Pública.

A Freguesia de Santa Rita, com 30.865 habitantes, era contígua à área portuária, mantendo a função comercial do centro da cidade indissociada da sua função residencial.¹⁶ Casas comissárias de café, estaleiros, trapiches e armazéns, oficinas e manufaturas de todos os tipos salpicavam as ruas estreitas e tortuosas da região. Na Praça da Harmonia – local em que, no ano de 1874, o Ministério do Império inaugurou o edifício construído para abrigar as crianças da Escola Pública da Freguesia de Santa

¹⁶ No que se refere ao perfil de ocupações, a freguesia apresentava 7.293 pessoas “sem profissão conhecida”, entre os quais havia 2.033 escravos. Além disso, os dados de 1870 indicaram a presença de 5.668 empregados domésticos (maioria composta por livres); 5.244 oficiais artesãos; 2.839 comerciantes e comerciários; 1.282 militares; 739 marítimos; 203 funcionários públicos; 117 homens de letras; 95 proprietários; 64 pescadores; 53 eclesiásticos; 8 lavradores e, 8 capitalistas.

Rita, para ambos os sexos, em separado, – funcionava o Mercado Público. A freguesia possuía 8 prédios públicos, 2595 particulares, 7 igrejas, 2 prisões, 6 quartéis, 1 hospital, 4.351 fogos registrados (sendo 50 cortiços, com 2.763 moradores) e 4 escolas públicas, 2 femininas e 2 masculinas, em 1872. Na década seguinte, 1884, a freguesia possuía 9 escolas particulares.

Saindo do perímetro urbano, em direção ao sul, a Freguesia da Glória (que abrangia o Catete, a Glória até a atual enseada do Flamengo) era uma região marcada pela presença de famílias abastadas, proprietários de chácaras e casas de luxo, hotéis de alta categoria, manufaturas e comércio de produtos finos. Entretanto, a Freguesia da Glória, para além de sua população privilegiada, era a segunda colocada em número de habitações coletivas e moradias populares: 107 cortiços, com 2.376 moradores – perdendo apenas para a Freguesia de Santana, considerada área de concentração de trabalhadores pobres e “desocupados”. Com cerca de 18.000 habitantes, a paróquia concentrava 7,9% da população da capital.¹⁷

Havia, na bela Glória, 18 prédios públicos, 1894 particulares, 3 igrejas, 3 quartéis, 1 hospital, 3.146 fogos registrados e 2 escolas públicas, uma para cada sexo, em 1870. Dois anos depois, o Imperador Pedro II inaugurava o edifício da Escola Pública Primária da Glória – um dos “palácios” escolares da época, que permanece em funcionamento (Escola Estadual Amaro Cavalcanti, Largo do Machado) – no qual eram proferidas as Conferências Literárias e as Conferências Pedagógicas dos Professores da Corte, nas décadas de 1870 e 1880. Confirmava então a sua intencionalidade política de relacionar simbolicamente as novas escolas, de grandes dimensões arquitetônicas e o poder central, alocando um dos prédios na populosa e eminente freguesia da Glória. Quanto às escolas particulares, a Glória, em 1884, possuía 22, o maior número delas, em relação às demais freguesias.

Na Freguesia da Glória, o Censo registrou 6.992 pessoas “sem profissão conhecida” – percentual equivalente ao de Santa Rita, uma região mais popular; 4.403 oficiais artesãos; 1.390 comerciantes e comerciários; 1.296 militares; 334 homens de letras; 283 empregados públicos; 44 marítimos; 21 pescadores; 13 lavradores.. Destacavam-se os números de proprietários, 245, e de capitalistas, 25, elevados em relação às demais freguesias urbanas.

¹⁷ Nos anos 1880, funcionavam na Freguesia da Glória – Laranjeiras e Jardim Botânico – fábricas de tecidos, *Aliança* e *Corcovado*, além de oficinas de produção de chapéus, de alimentos e bebidas, de velas e sabão, de móveis, couro e calçados, fundições, entre outras. A proximidade, quer do trabalho na própria freguesia, quer na região do centro da cidade, sem dúvida, foi um dos fatores para a proliferação das habitações coletivas na Glória.

Da enseada do Flamengo, incluindo a região da Lagoa Rodrigo de Freitas, até Jacarepaguá, marcavam-se os limites da Freguesia da Lagoa.¹⁸ Região de chácaras, mansões e modernos jardins – englobava o chique Botafogo e suas mansões – a freguesia era uma das áreas residenciais, juntamente com a Glória, preferidas dos políticos, ricos comerciantes, senhores de terras e escravos, militares de alta patente, intelectuais e homens de letras.¹⁹

Quanto aos prédios públicos, havia na Lagoa, em 1870, 7; 350 particulares; 3 igrejas; 1 prisão; 2 hospitais e 1.683 fogos, sendo 45 cortiços com 733 habitantes. Havia 3 escolas públicas, 2 masculinas. O crescimento da freguesia da Lagoa pode ser verificado pelo aumento de registros escolares de caráter privado, os quais, em 1884, foram calculados em 17 estabelecimentos.

O mapeamento do perfil sócio-econômico e habitacional das freguesias do Rio de Janeiro, através dos dados quantitativos do Censo de 1870/72, confirma as análises dos autores da história urbana carioca, que já ressaltaram a significativa heterogeneidade e a complexidade da sociedade imperial – não sendo possível reduzi-la à dicotomia casa-grande e senzala.

Para esta população cultural e socialmente heterogênea, a educação e a instrução tornaram-se um processo lento e contraditório, preocupações fundamentais presentes nas políticas e nos debates públicos, entre outras coisas, visando-se a reconstrução da *nação* e a redefinição da cidadania, nas últimas décadas do oitocentos.

As escolas públicas primárias através das visões de Inspectores e Administradores da cidade

Os *Relatórios do Ministério do Império* e da *Inspetoria Geral de Instrução Pública da Corte* fornecem indicações sobre as propostas educacionais e os projetos de reforma do ensino primário então veiculados, bem como registram, segundo a perspectiva governamental, o movimento oficial para incentivar a instrução primária na cidade do Rio de Janeiro, já que um dos seus objetivos era demonstrar a ação das autoridades em prol do “bem público”.

Embora contendo informações contraditórias e ambíguas, carregadas pelas táticas discursivas de afirmação dos programas políticos de seus

¹⁸ Em 1873, a Gávea, com notável expansão populacional, foi desmembrada da Freguesia da Lagoa, formando uma nova paróquia urbana.

¹⁹ Os trabalhadores dividiam-se em 4.594 domésticos; 1.377 oficiais artesãos; 632 militares; 609 comerciantes e comerciários; 190 lavradores; 189 homens de letras; 93 pescadores; 39 eclesiásticos; 13 marítimos. Destacavam-se, igualmente, os números de proprietários, 109 e de capitalistas, 19. Entre os “sem profissão”, contavam-se 3.291 pessoas.

titulares, às vezes apresentando estatísticas emaranhadas e questionáveis, estes *Relatórios* constituem documentação imprescindível para que se possa perceber, através dos discursos e das intenções dos dirigentes imperiais ao preconizarem o desenvolvimento da instrução, os possíveis significados atribuídos à escola pública primária, bem como, com as devidas limitações, mensurar as possibilidades de escolarização na cidade.

Os *Relatórios* de João Alfredo Correia de Oliveira, por exemplo, apresentados de maio de 1871 a maio de 1874, tempo em que o conservador foi titular da pasta do Império, reiteravam a situação “quase estacionária” que se encontrava a instrução pública no Município Neutro. O número das escolas públicas no Município Neutro, em 1870, comparado à extensão da população livre (cerca de 220.000 pessoas livres, entre crianças e adultos) era, sem dúvida, insatisfatório. Além desses problemas, para o Ministro, a falta de uma unidade no sistema de ensino e precária fiscalização não permitia que a instrução se generalizasse entre uma importante parcela da população: as *classes pobres*.

Para que os conhecimentos elementares, indispensáveis a toda a população, fossem difundidos, seria imprescindível, em primeiro lugar, a decretação do ensino primário obrigatório para menores entre 7 e 14 anos, medida que já tinha sido implementada nos “países mais adiantados” em matéria de instrução popular. Neste aspecto, a sua proposta era coerente com as diretrizes gerais do *Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte*, de 1854, então elaborado pelo saquarema Luiz Pedreira do Couto Ferraz, o Barão do Bom Retiro.

O preceito legal que obrigava os pais ou outros responsáveis a cuidarem da instrução primária dos menores, sob pena de multa, nunca fora executado. João Alfredo ponderava que não havia quantidade suficiente de escolas na Corte para facilitar a freqüência das crianças, principalmente nas localidades mais distantes. Antes de executar a lei, o governo precisava garantir os meios de viabilizar a educação, cumprindo o seu próprio dever, entendido pela criação de escolas públicas ou subvenção das particulares.²⁰ A obrigatoriedade do ensino, portanto, não deveria ser simplesmente imposta pelo Estado.²¹

A incitação à iniciativa privada partiu do próprio governo. A proposta de associar a ação privada à política de Instrução Pública significava que o governo procurava não apenas dividir o ônus do serviço com a sociedade mas, simultaneamente, buscava garantir o princípio da liberdade de ensino, nos termos do Regulamento de 1854. A iniciativa

²⁰Relatório do Ministério, ... 1871, p.17.

²¹HORTA, José Silvério B. “Direito à Educação e Obrigatoriedade Escolar”. Cadernos de Pesquisa, nº 104, jul.1998, p.5-34.

particular foi incentivada no sentido de fundar escolas e colégios, além de Sociedades para a instrução de crianças e adultos. No entanto, o governo procurava manter as atribuições de aprovar e inspecionar os programas de ensino, os horários de funcionamento dos estabelecimentos, os compêndios escolares e a capacitação profissional e moral dos professores. O Estado imperial preconizava para si não o monopólio da fundação de escolas e instituições, mas o controle e a direção da instrução e da educação.

Ao delinear os problemas e as deficiências da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro, o Ministro João Alfredo esboçou o quadro estatístico geral das escolas primárias e secundárias em funcionamento, incluindo as privadas: 162 estabelecimentos, 105 particulares e 47 públicas, com a frequência de 10.111 alunos de instrução primária e 3.205 alunos frequentando as aulas secundárias. Das 47 escolas públicas primárias, havia 26 para meninos e 21 para meninas, numa média de 1 escola para cada sexo nas freguesias rurais e urbanas. É preciso lembrar, para além destes dados, que as aulas nos Arsenais da Marinha de Guerra para os meninos aprendizes, no Liceu de Artes e Ofícios e no Instituto Comercial não eram consideradas, além de um número acrescido de escolas particulares, as quais certamente funcionavam omissas ao controle do governo imperial.

A população da Corte, como vimos, contava cerca de 275.000 habitantes. A população escolar – composta pelos meninos e meninas livres entre 5 e 14 anos, desde que isentos de moléstias contagiosas ou vacinados – era composta de aproximadamente 50.000 pessoas.²² Desse total, 10.100 indivíduos foram matriculados nas escolas públicas e particulares primárias da cidade, isto é, pouco mais de 20% das crianças livres da Corte se inscreveram no ensino elementar.

Os limites legais de frequência correspondiam às idades de 5 a 15 anos. As escolas públicas do Município Neutro só deveriam matricular alunos moradores na cidade e que estavam entre as idades acima referidas. O *Relatório da Inspeção Geral da Instrução Pública*, do ano de 1871, traz informações muito ricas para a avaliação da situação da instrução pública e particular primária na cidade. Este inspetor preocupou-se em demonstrar a quantidade de menores de 14 anos matriculados nas escolas, tanto públicas quanto particulares, comparando este dado com o número total da população de menores residentes em cada freguesia.

A sua exposição exaustiva, se, por um lado, não traz resultados quantitativos fidedignos da frequência dos alunos nas escolas públicas e primárias da cidade – já que os números indicam a matrícula e não a frequência efetiva – por outro lado, representam importante instrumental de

²² O número total aproximado de menores de 15 anos, quantificando-se os escravos, chegava a 92.397 indivíduos, o que representava cerca de 2/5 da população da Corte.

análise para se ter uma idéia do possível número de menores em idade escolar em cada freguesia e da porcentagem de alunos que recorria, pelo menos, à matrícula nas escolas.

As freguesias urbanas eram as mais populosas da cidade contando com 18.693 menores de 14 anos, sendo que a maior concentração de menores registrada estava em Santana (3.337), São José (2.041), Glória (1.953), Santa Rita (1.875) e Santo Antonio (1.793), situadas nas áreas centrais da cidade. Em termos percentuais, comparando-se os números apresentados de população escolar e de matrículas no ensino primário público e particular, as freguesias urbanas, para 1870, estavam assim divididas: Santana: 60% de crianças matriculadas; São José: 70%; Glória: 50%; Santa Rita: 60%; Santo Antônio: 50% e Sacramento: 70%.

É interessante perceber como o percentual de matrículas, em números aproximados, nas freguesias urbanas centrais e mais populosas, em relação ao número estimado de menores de 14 anos, não parecia tão insignificante, se atentarmos para o fato de que o impulso ao processo de escolarização estatal havia se intensificado apenas a partir da segunda metade do século XIX, com a consolidação do Estado imperial.

Por outro lado, o maior percentual de matrículas nas aulas particulares primárias (cerca de 70%) atesta o que a historiografia educacional do período há muito vem apontando: a crescente importância das aulas, escolas e instituições privadas em nosso país, incentivadas pelos poderes públicos, ávidos não apenas em dividir o ônus dos serviços prestados à população mas, sobretudo, em reiterar as imbricações, as relações ambíguas e contraditórias e a ausência de fronteiras visíveis entre o público e o privado.

Além disso, a existência de alunos que aprendiam nos próprios domicílios, por intermédio de mestres-escolas e preceptores, foi ressaltada pelo inspetor enquanto uma parcela da população escolar não computada pelos dados do Ministério do Império, portanto, fora do controle dos poderes públicos. A princípio, pode-se pensar que a maioria destes alunos deveriam pertencer às classes mais privilegiadas da cidade, as quais tinham acesso a recursos para remunerar professores exclusivos. No entanto, quando se depara com casos, como a escola de Pretextato – ele próprio, um “professor preto” – que, desde 1853, ensinava os filhos “pretos” dos libertos, apesar dos sacrifícios financeiros de seus familiares – é preciso relativizar a afirmação simplista de que o acesso às aulas, escolas e colégios particulares era cerceado aos extratos mais pobres da população da cidade do Rio de Janeiro. Afinal, as formas e os meios de aprender e ensinar nunca foram homogêneos e, muito menos, estiveram restritos ao universo das

instituições públicas oficiais de educação ou ao âmbito exclusivo de instituições privadas de elite.

Tais dados se confirmam no que se refere às demais freguesias urbanas, com uma tendência a um maior equilíbrio entre o número de matrículas das escolas oficiais e das particulares. Na Candelária, o total estimado de menores de 14 anos chegava a 564 e o número de matrículas a 310, ou seja, cerca de 60%. A diferença é que nesta freguesia o número de matrículas era elevado nas escolas públicas: 237 (cerca de 80%) contra 73 (pouco mais de 20%) do ensino particular. Mais para o sul da cidade, na freguesia da Lagoa, o número estimado de menores era de 1.321 e das matrículas, 719 (cerca de 60% do total). Destas, quase a metade foi registrada nas escolas públicas, 329, e o restante, 390, nas particulares.

Nas áreas urbanas mais afastadas – como Espírito Santo, Engenho Velho e São Cristovão – havia uma estimativa de maior diferença entre o número de matrículas nas escolas e o total da população escolar. Na freguesia do Espírito Santo, havia uma estimativa de 1.195 menores de 14 anos e 552 matrículas, isto é, aproximadamente 50% do total. Nas escolas particulares, contavam-se 372 (cerca de 70%) alunos e 180 (30% aproximados) nas públicas. Em São Cristovão, estimava-se a existência de 1.098 menores, estando 585 (pouco mais de 50% do total) matriculados, metade nas escolas públicas (290) e metade nas particulares (295). Já na freguesia do Engenho Velho, havia 1.362 menores, sendo as matrículas em número reduzido de 369 alunos (pouco mais de 20% do total). Das 369 matrículas, 153 (cerca de 40%) foram registradas nas escolas oficiais e 216 nas particulares.

O que estes dados estatísticos nos informam em relação às freguesias urbanas da cidade, à população e ao percentual de matrículas? De uma maneira geral, em quase todas as freguesias urbanas – com exceção do Engenho Velho –, 50% ou mais do público potencial, definido à época como população escolar, foi registrado no quadro de matrículas elaborado pelo Inspetor Geral de Instrução Pública, em 1871²³. Percentual que, obviamente, lembraria Rui Barbosa, não significava a frequência efetiva no ensino primário, incluindo ainda registros repetidos de crianças que, devido à instabilidade habitacional, se matriculavam em várias escolas simultaneamente, além de fraudes e “alunos fantasmas”, inventados pelos professores para aumentar as suas subvenções.

Porém, o percentual de cerca de 50% de matrículas, ao menos, indicava a importância crescente da escolarização e do ensino elementar

²³ Contabilizando as freguesias urbanas, de um total estimado de 18.693 menores de 14 anos livres, havia 9.482 matrículas, isto é, pouco mais de 50%, segundo os cálculos do Inspetor Geral de Instrução, em 1871.

entre a população urbana do Rio de Janeiro²⁴, sendo notável o registro de matrículas nas populosas freguesias centrais, locais de moradia, muitas vezes em habitações coletivas, de número significativo de indivíduos livres e libertos, pertencentes às camadas mais pobres e trabalhadoras.

Por outro lado, é interessante perceber que os prédios especificamente escolares, de grandes dimensões arquitetônicas (por isso à época foram chamados de “palácios”), construídos nos anos 1870, em regra, foram localizados nas freguesias centrais e mais populosas, como Santana, Santa Rita, São José, Glória, Santo Antonio e São Cristovão, demonstrando a tendência de privilegiar a escolarização da população urbana, próxima ao centro do poder, garantindo maior visibilidade política à ação educativa promovida pelo governo.

Entretanto, no que se refere às freguesias rurais ou “de fora” da cidade, os dados indicados pela Inspeção Geral diagnosticam, em termos numéricos, tanto de escolas públicas ou particulares, quanto de matrículas, uma situação bem menos animadora. Vejamos os cálculos.

Na freguesia de São Thiago de Inhaúma, o número estimado de menores de 14 anos, livres, chegava a 562 e a matrícula, ínfimos 53 alunos (menos de 10% do total), todos na única escola pública – de meninos – então existente na paróquia. Em Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, calculava-se 632 menores e 138 matrículas (pouco mais de 20% do total). Nas escolas públicas, 77 alunos matriculados e 61 nas particulares. Em Jacerapaguá, dos 570 menores de 14 anos, apenas 69 (cerca de 12%) foram registrados nas 2 escolas públicas de meninos e meninas. A defasagem era bem maior em Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande: dos 1.092 menores de 14 anos, havia 52 matrículas (apenas 5% do total), sendo 42 alunos nas escolas públicas e 10 na particular. No Curato de Santa Cruz, o número de menores era 219, sendo que 40 (cerca de 20%) estavam matriculados, 18 nas escolas públicas e 22 nas particulares. Em São Salvador de Guaratiba, estimava-se 868 menores livres, estando 90 alunos matriculados (pouco mais de 10%), a maioria, 84, no ensino público e 6 no particular.

Nas ilhas, contabilizadas como áreas rurais, a situação apresentada era a seguinte: em Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador, havia 314 menores de 14 anos e 95 (cerca de 30%) matrículas no ensino público. Já em Bom Jesus da Ilha de Paquetá, a maior parte dos 133 menores livres de 14 anos estava matriculada nas escolas públicas de ambos os sexos, isto

²⁴ Argumentos no mesmo sentido foram elaborados pelo médico Carlos Vasconcellos tese acadêmica: *Higiene Escolar – suas aplicações à Cidade do Rio de Janeiro*. RJ, Typographia Perseverança, 1888. Ver GONDRA, José. *As Artes de Civilizar...Opus cit.* V. 2, p.266-267.

é, 92 alunos (mais de 70% do total de menores livres), sendo 47 meninos e 45 meninas.

Baseando-se no quadro geral apresentado pelo padre de Santa Maria Amaral, os dados sobre as freguesias rurais revelam uma percentagem bem menor de matrícula, nas poucas escolas então oferecidas à população livre em idade escolar. Por outro lado, em que pese a importância deste fato, o qual indica a precariedade da escolarização em áreas não urbanizadas, é preciso considerar que as escolas públicas, algumas vezes as únicas existentes nas freguesias “de fora”, pelo menos em 1871, abrigavam a maior parte dos alunos matriculados, isto é, 530 matrículas contra 90 das aulas e escolas privadas. Além disso, as práticas tradicionais e informais de ensino das primeiras letras, – como, por exemplo, o ensino familiar entre parentes e agregados, com ou sem auxílio de preceptores – não foram registradas, deixando, para os historiadores, uma lacuna significativa no que se refere às possibilidades de nossa história da alfabetização.

Seja como for, a avaliação realizada pelo Inspetor Geral da Instrução na Corte, no início da década de 1870, levava à conclusão de que era preciso maior empenho das autoridades públicas na difusão do ensino primário pelas classes populares. Segundo ele, as estatísticas demonstravam que, “apesar do grande esforço do governo” – o qual, ainda em 1871, estabeleceu a criação de 10 escolas públicas – a matrícula nas escolas ainda era ínfima, se comparada a grande quantidade de menores de 14 anos, livres, que, na maioria das freguesias, não estavam matriculados nas escolas.

Além disso, o Inspetor apresentava outros empecilhos para o desenvolvimento da instrução primária. Um dos mais graves, na sua perspectiva, consistia no fato de que, a maioria dos alunos das escolas públicas e particulares primárias não prestava os Exames Finais de conclusão do curso, realizados ao final de cada ano, pelas Mesas Examinadoras nomeadas pelo Ministério do Império. Em 1870, nas escolas públicas, foram examinados 41 alunos, 17 meninos e 24 meninas; destas 10 foram aprovadas com distinção e daqueles, 9. A maior parte dos alunos “evitava os exames”, retirando-se da escola antes de adquirir a “perfeita instrução” – o que indicava a existência de um fenômeno, posteriormente denominado por alguns educadores como “evasão”, ou ainda, para outros, “expulsão” escolar.

Na opinião do inspetor da instrução na Corte, as classes pobres evitavam as escolas e os exames públicos. Caso se matriculassem em alguma escola, as crianças se retiravam antes do término do curso primário. Para o dirigente, a única solução seria providenciar para que o ensino fosse efetivamente obrigatório, como já legislava o Regulamento de 1854. A

explicação dada pelo inspetor para a não recorrência das classes populares às escolas era de que a instrução elementar nelas ministrada era muito superior às “necessidades” dessas classes. Ressaltava ainda que, embora não fosse fácil avaliar o limite da instrução indispensável a todos, acreditava que, para os filhos do povo, esta deveria ser feita em escolas anexas a oficinas onde teriam o ‘tirocínio da profissão conveniente’, remunerado na devida proporção.

A educação das crianças populares deveria consistir no ensino elementar, compreendendo religião e moral, leitura e escrita, aliado ao ensino de um ofício ou profissional, em oficinas anexas às escolas primárias, as quais proporcionariam um pecúlio para os alunos encaminharem-se, futuramente, ao trabalho. Demonstrava estar a par dos problemas de seu tempo, na medida em que colocava a questão do trabalho no centro das discussões sobre a escola primária. Por outro lado, engrossava a fileira daqueles que pretendiam manter as classes populares no limiar da instrução elementar e do exercício das profissões artesanais e manuais.

Suas idéias eram compartilhadas pelo governo conservador, liderados pelo Ministro João Alfredo. Para ele, a instrução profissional e a instituição das chamadas “escolas industriais” representavam um caminho possível para educar o povo. O seu projeto de criar as escolas profissionais foi materializado com a fundação do *Asilo de Meninos Desvalidos* (na República, denominado Instituto João Alfredo), em 1874. A idéia da criação de uma instituição que abrigasse os “meninos pobres”, ao mesmo tempo ministrando-lhes educação primária e profissional não era nova, pois já tinha sido prevista no Regulamento de 1854.

O estabelecimento do Asilo, com um atraso de vinte anos, relaciona-se claramente com o contexto de efervescência dos debates sobre a emancipação e veio corroborar a hipótese de que a instrução e a educação, na década de 1870, foram consideradas vias possíveis para a reorganização das relações de trabalho e de controle social.

Não foi à toa que o Ministro João Alfredo propôs a alfabetização de adultos os quais deveriam ser obrigados a frequentar aulas noturnas. A instrução deveria atingir não só as crianças, mas incluir a população adulta livre, principalmente os homens, evidenciando uma clara relação com os debates não apenas sobre a moralização dos trabalhadores livres, mas também sobre a reforma eleitoral e a formação dos cidadãos. O fato é que foram abertos cursos noturnos nas escolas públicas da Corte pelo governo, além daqueles mantidos por Sociedades e Associações particulares.²⁵

²⁵ Exemplos de cursos noturnos particulares abertos na década de 1870 foram: o da Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagoa, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da Associação

A proposta de instruir a população adulta, é claro, provinha do fato de que o Império parecia – na expressão metafórica de um historiador – um “mar de analfabetos”. A porcentagem dos alfabetizados, entendidos como aqueles indivíduos que sabiam ler e escrever, em nível nacional era, de fato, muito pequena. De acordo com os cálculos realizados por June Hahner, em 1872, havia uma população de aproximadamente 10.100.000 almas no Império. Destas, eram alfabetizados cerca de 1.013.555 homens e 551.426 mulheres e, analfabetos, 4.110.814 homens e 4.255.183 mulheres. A porcentagem de indivíduos do sexo masculino alfabetizados era de 19,8% e do sexo feminino 11,5%.

O Censo de 1890, após o advento da República, apontou para um pequeno crescimento do número de homens e mulheres alfabetizados: 1.385.854 e 734.705, respectivamente. Hahner demonstrou que, em termos percentuais, não modificou o quadro da população masculina alfabetizada continuando em torno de 19,8%. Em relação às mulheres, por outro lado, notou-se significativo crescimento, embora permanecesse ainda um número muito desproporcional, se comparados ao dos homens. A população de analfabetos, porém, continuava alta, considerando-se que houve vertiginoso crescimento demográfico, principalmente no Sudeste, devido às migrações internas de escravos e libertos e da imigração estrangeira. Em 1890, os dados apontaram 5.852.078 homens e 6.361.278 mulheres que não sabiam ler e escrever.

No entanto, June Hahner demonstrou que, pelo menos nas grandes cidades, o crescimento da alfabetização não pode ser desprezado, nas duas últimas décadas do Império. Por isso, para o Rio de Janeiro, os dados de alfabetização produzidos pela Comissão de Estatística dos Censos de 1872 e 1890, apresentaram-se um pouco mais otimistas. Em 1872, com uma população de 274.972 habitantes, 65.384 homens (41,2%) e 34.101 (29,3%) sabiam ler e escrever, totalizando 99.485 alfabetizados, o que representava, em dados aproximados, cerca de 30% da população. Em 1890, o número dos alfabetizados na Corte elevou-se a 50%. Por outro lado, o número de mulheres no magistério público cresceu a partir da segunda metade do século XIX. Em 1871, as mulheres já representavam cerca de 1/3 do professorado primário do Rio de Janeiro e, no final dos anos 1880, elas passaram a ser maioria.

Além da criação de novas escolas primárias e cursos noturnos, o melhoramento do professorado destacou-se enquanto uma questão fundamental para o avanço da Instrução Pública. Segundo o Ministro do Império, os mestres não possuíam conhecimentos teóricos e práticos

necessários para o ensino primário. Defendeu que o saber do magistério não deveria apenas restringir-se ao seu assunto, mas ampliar-se para noções da pedagogia e métodos de ensino. A nova “ciência pedagógica”, caracterizada pelas mais variadas influências teóricas francesas, inglesas, alemãs e norte-americanas, insinuava-se na mentalidade dos dirigentes da Instrução Pública. A necessidade de criação de escolas profissionalizantes para o magistério era unanimemente reclamada. As Escolas Normais deveriam tornar-se novos espaços para a formação e seleção dos professores públicos.²⁶

Pode-se perceber, até o momento, que a política de Instrução Pública do governo, no início dos anos 1870, acompanhava os debates mais importantes da época e buscava alternativas para os problemas, nos limites de seu campo de atuação. A obrigatoriedade do ensino primário e o desenvolvimento do profissional, a alfabetização de adultos em cursos noturnos, o aperfeiçoamento dos mestres, através das Escolas Normais, o estabelecimento de asilos e instituições privadas de educação popular – eram algumas das propostas discutidas no âmbito do governo imperial e da sociedade.

Os debates em torno da escravidão e da emancipação, da formação de trabalhadores livres, sem dúvida, foram as bases do surgimento de projetos de difusão da instrução elementar e profissional a amplas parcelas da população livre. Para concretizar as suas idéias, o governo preconizava aliar à sua ação a iniciativa dos cidadãos e da sociedade civil, subvencionando instituições particulares, incentivando as Associações de instrução e conclamando a população a prestar serviços gratuitos e donativos em nome da instrução popular. O Estado procurava dirigir e controlar o ensino público, ao mesmo tempo em que concedia liberdade para os proprietários de colégios ou filantropos a agirem em prol da instrução. O público e o privado²⁷, longe de constituírem instâncias separadas e antagônicas, mesclavam-se e confundiam-se, ora promovendo projetos comuns e alianças, ora disputando monopólios e interesses distintos, num processo dinâmico, onde estavam em jogo tanto bens materiais quanto valores simbólicos e culturais.

Produzindo, manipulando e utilizando os dados estatísticos e censitários, as autoridades da Instrução Pública apresentavam aos

²⁶ A fundação da primeira Escola Normal da Corte, em 1874, coube à iniciativa particular da Associação Promotora da Instrução, cujo diretor era o Conselheiro da Coroa, Manoel Francisco Correia. Em suas aulas eram admitidas gratuitamente “todas as pessoas morigeradas”, sem distinção de sexo e nacionalidade e, quando necessário, haveria doação de livros e material aos “reconhecidamente pobres”. Os professores adjuntos, em geral ex-alunos das escolas públicas, freqüentaram o curso noturno da Escola Normal. Conferir Instruções para a Escola Normal do Município da Corte. RJ, Typographia Nacional, 1874.

²⁷ ADORNO, Sérgio. “Educação e Patrimonialismo”. Caderno Cedex. Nº 25, Papius, 1991.

parlamentares os motivos da elevação do orçamento anual, proporcionado pela criação de mais 11 escolas públicas. Estas, legalmente criadas ainda em 1870, seriam alocadas nas freguesias urbanas, Santana, Santa Rita, Glória, Engenho Velho e nas rurais, incluindo Inhaúma e Jacarepaguá. Com este acréscimo, a Corte passou a contar 58 escolas públicas, 30 de meninos e 28 de meninas.²⁸ No início da década, a importância atribuída à educação das mulheres, veiculada sobretudo pelo ideário positivista, já se fazia sentir e se expressava no número de estabelecimentos femininos, então quase igualado aos masculinos.

Nos anos seguintes – de 1872 a 1875 – o número de escolas públicas, e também das particulares, seria elevado, bem como a sua expansão para as áreas mais distantes da cidade. Não apenas o Ministério do Império, mas as Associações filantrópicas e a Câmara Municipal colaboraram com o crescimento dos estabelecimentos de ensino primário. Nas freguesias da Glória, Santana e São José, a municipalidade, aliada à *Associação Protetora da Infância Desvalida*, ergueu os então conhecidos “palácios escolares”²⁹, prédios com capacidade para 600 crianças de ambos os sexos, dos quais o da Glória existe até hoje como escola pública, no Largo do Machado. Em São Cristovão, a *Associação Commercial da Corte*, financiou o edifício das escolas públicas, (atual Escola Gonçalves Ledo, em funcionamento).³⁰

Os dados do Ministério do Império indicavam que a escola municipal de São Sebastião, na Praça Onze – a “Pequena África” da Freguesia de Santana, como a região ficou conhecida, devido à presença majoritária da população negra e de ex-escravos migrantes das cidades baianas – registrou a matrícula de 435 crianças em 1873, sendo 271 meninos e 164 meninas, estudantes em aulas separadas de ensino elementar. No mesmo prédio, à noite, funcionaram as aulas noturnas para 76 adultos.

Quanto às escolas particulares primárias, o governo possuía conhecimento da existência de 99 estabelecimentos, sendo que 4 delas eram subvencionadas pelos cofres públicos: 2 escolas masculinas, o curso

²⁸ Decretos nº 4.602 e 4.624 de 24/09 e 07/11/1870, respectivamente. Mapa das Escolas - Nº 7. Relatório do Ministério do Império, 1871.

²⁹ A lenta transformação dos espaços escolares foi caracterizada por Vidal e Mendes como a passagem da “escolas de improviso” para as “escolas monumentos”, devido às características arquitetônicas e simbólicas dos primeiros edifícios. Em geral, o pioneirismo da construção de prédios específicos para a instrução, com as características exemplares da modernidade, é atribuído ao republicanismo paulista e, conseqüentemente, à antiga Província e à capital de São Paulo. Conferir, “Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária”. 500 anos de Educação Escolar. Revista Brasileira de Educação. Nº 14, Maio-Agosto, 2000, p. 23.

³⁰ SCHUELER, Alessandra. “A associação protetora da infância desvalida e as escolas de São Sebastião e São José: educação e instrução no Rio de Janeiro do século XIX”. Cadernos de Educação. Pelotas, nº 14, jan-jun 2000, p. 3-58. Em relação a Belo Horizonte, o processo de construção de edifícios de estilo palaciano foi iniciado no início do século XX, segundo pesquisa de FARIA FILHO, Luciano. Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte. USP. FEUSP, Tese de Doutorado, 1996.

noturno da *Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagoa* e o curso noturno da escola pública de Inhaúma.

As *Associações Promotoras da Instrução de Meninos e de Meninas* – dirigidas, respectivamente, pelo Conselheiro da Coroa, Manoel Francisco Correia, e pela Senhora Duque Estrada-Teixeira, esposa de eminente político da Glória, o conservador Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira, abriu, em 1873, 2 escolas primárias, além de financiar o pagamento dos professores do curso noturno da Escola Pública da Glória e uma “escola de Domingo”, na qual os mestres palestravam sobre “diversos conhecimentos úteis” à sociedade.³¹

As evidências de que a instrução pública preocupava o Estado imperial e, principalmente, as elites políticas vinculadas aos conservadores, na nova conjuntura dos anos de 1870, foram confirmadas pelos professores públicos através de suas primeiras publicações pedagógicas na imprensa carioca e de sua participação nas Conferências Pedagógicas, previstas desde 1854, mas que, só então, foram convocadas pelo governo. Revistas redigidas por grupos de mestres-escolas, muitas vezes em francas disputas e debates políticos, voltadas ao professorado, visando discutir as questões educacionais e os problemas sociais, estreitaram o diálogo e as disputas entre o governo imperial e o magistério. Nesse contexto, a docência oficial experimentava um processo de profissionalização e uma tomada de consciência sobre a necessidade de afirmar não apenas a educação pública como uma função do Estado mas, sobretudo, de convencer a sociedade da importância de sua missão de educar e instruir os futuros cidadãos.³²

As escolas primárias e a instrução sob a ótica dos agentes de ensino: os professores

O depoimento das autoridades administrativas da Corte, alguns anos depois, foi bastante claro no sentido de apontar a efetiva mobilização dos professores na década de 1870.³³ Em razão dos debates então abertos pela ação do Ministério do Império, que buscava garantir um controle mais incisivo sobre a instrução pública e particular na cidade, foi nomeada, em 1873, uma Comissão de Professores Públicos – a primeira, desde o Regulamento de 1854 – para averiguar o estado das escolas públicas e realizar uma análise minuciosa sobre as condições materiais, os métodos

³¹ Relatório do Ministério do Império, 1873. P. 20-62.

³² VILLELA, Heloísa. “O Surgimento da Imprensa Pedagógica Brasileira e Seu Papel na Constituição da Profissão Docente.” Mimeo, Niterói: 2000 e “O Mestre e a Professora” In: LOPES, Eliane Marta & FARIA FILHO, Luciano. 500 anos de educação no Brasil. BH: Autentica, 2000.

³³ Relatório do Ministério do Império, 1878, p. 5-6.

pedagógicos, os recursos e compêndios utilizados, a matrícula e a frequência dos alunos e, é claro, a atuação dos mestres no seu ofício cotidiano.

O seu Relatório, apresentado em abril de 1874 pelos professores Philippe da Motta Correa de Azevedo, José Manuel Garcia e João Rodrigues da Fonseca Jordão, trouxe informações importantes sobre o ensino público.³⁴

De um modo geral, com exceção dos edifícios criados pela Municipalidade e das Escolas Públicas de Meninos e Meninas de São Cristovão, cujo prédio foi erguido pela Associação do Comércio, as casas escolares alugadas pelo Império não possuíam as proporções e as condições materiais e higiênicas convenientes para a instrução. As imagens de sujeira, má ventilação, precariedade e falta de asseio funcionavam, segundo os mestres, como retratos fiéis das escolas primárias, o que demonstra, como já ressaltaram vários pesquisadores, a presença marcante dos discursos higienistas e médicos, imbricados nos projetos de intervenção nos espaços urbano e escolar, desde meados do oitocentos. Os professores públicos, alguns deles médicos e farmacêuticos, estavam afinados com a “ideologia da higiene” e, com tal instrumental, defenderam a necessidade de reestruturar não apenas os espaços físicos e arquitetônicos mas, também, de reformar os processos de ensino e aprendizagem e os métodos pedagógicos.³⁵

Segundo a Comissão, muitas escolas não tinham espaço suficiente para a residência do professor, fato considerado lamentável. Apresentavam então as vantagens que a residência do mestre nas escolas proporcionava para o ensino primário e, em contrapartida, para o Estado: a economia da verba destinada aos alugueis das casas escolares; a organização administrativa; a limpeza da escola e do jardim; a disciplina e o tratamento dos alunos doentes – todas estas seriam atividades mais facilmente realizadas, caso o professor residisse com suas famílias no prédio escolar. A escola deveria ser uma extensão da casa do mestre e, os alunos, uma extensão de sua família, devendo ser tratados e educados como filhos. Estava claro, para estes professores, que a sua função não se limitava a instruir as crianças, mas, sobretudo, organizar e administrar a escola, manter a disciplina e o asseio, tratar das enfermidades, proteger e educar os seus alunos.

³⁴ Anexo nº 3 - Relatório sobre as escolas públicas da Corte apresentado pela Comissão criada pelo Ministério do Império, composta pelos Delegados da Instrução. Abril de 1874. in Relatório do Ministro do Império, 1873.

³⁵ FRAGO & ESCOLANO. Currículo, Espaço e Subjetividade. Espanha: DPA, Editora, 1998. p. 29.

De acordo com Escolano e Frago³⁶, o lugar da escola na sociedade européia foi ponto de discussões no decorrer do oitocentos e no início do século XX. Lá, como aqui, surgiram projetos e medidas no sentido de se construir edifícios escolares amplos, arejados, com ar puro e livre, retirando as escolas públicas dos antigos casebres, pequenos e imundos, além de afastarem-nas das ruelas escuras e da proximidade de tavernas, bordéis, quartéis, prisões e casas comerciais, onde costumavam funcionar dependentes e anexas. Estes projetos integravam a idéia modernista da escola situada em um edifício central, dotado de uma “inteligência invisível que informaria culturalmente o meio humano e social que o rodeia”, projetando o seu exemplo para a sociedade. O surgimento dos edifícios, a partir da segunda metade do XIX, em parte se explica por uma maior autonomia da instituição escolar em relação a outros poderes e instituições, das quais tradicionalmente dependia e, de outra parte, pelo crescente processo de profissionalização da docência.

Pela listagem da Comissão, é possível verificar que grande parte das escolas primárias do centro da cidade funcionavam em antigos sobrados, quase todos local de residência dos mestres. De maneira geral, o pavimento térreo servia aos trabalhos escolares, a função pública das casas, restando o segundo andar para os aposentos privados dos professores e professoras e suas famílias. Nas freguesias rurais e nas áreas de ocupação mais recente, em contrapartida, predominavam as casas térreas.

Os professores, embora considerassem adequado o estado de algumas casas escolares, não deixaram de fazer observações sobre supostas irregularidades em relação à maior parte delas. Por exemplo, os relatores condenaram a proximidade entre o sobrado da escola de meninas do Sacramento, situado à Rua do Hospício, nº 168, e as “casas de mulheres de má vida”, fato que depunha contra a moral e os bons costumes da professora e de suas alunas. Na freguesia do Engenho Velho, também na escola de meninas, o problema não era a “vizinhança”, mas os usos e abusos que a professora teria feito dos espaços físicos. Segundo a Comissão, residindo na casa de escola, a dita professora ocupava a maior parte do sobrado para seus fins privados, reservando espaço ínfimo para as atividades escolares. Na Freguesia de São José, Rua das Marrecas, nº 38, o sobrado da escola de meninas tinha um aluguel exorbitante, desproporcional ao tamanho da sala utilizada para escola. No Sacramento, sobrado da Rua da Alfândega, 145, o problema era idêntico. Já na Candelária, devido ao grande movimento comercial e as ruas estreitas e tortuosas, a escola que funcionava no sobrado de nº 77 da Rua Theófilo Ottoni apresentava um calor excessivo no verão e

³⁶Idem.

alta umidade no inverno, além de ser reduzido o seu tamanho para o número de meninos matriculados. Na Rua dos Ourives, por outro lado, a escola de meninas era pouco freqüentada, segundo a Comissão, devido à proximidade da escola da Freguesia de Santa Rita.

Em Santa Rita, por sua vez, a maioria das escolas estava mal localizada: a da Rua Nova do Príncipe, nº 80, sobrado, sofria pelo trânsito constante de carroças e o barulho do comércio; na escola do Largo, os sons incômodos aos trabalhos pedagógicos provinham da padaria que funcionava no térreo, além da fumaça e do calor decorrentes da fabricação diária do pão fresquinho. O movimento comercial também atrapalhava as aulas nas escolas de meninas, situadas uma na Praça Municipal, região do antigo Mercado, e outra no Largo de Santa Rita.

Em seu relatório exaustivo, a Comissão apontou para a generalidade das escolas primárias públicas, com exceção das Escolas Municipais e dos edifícios da Glória e de São Cristóvão, a precariedade dos espaços e das condições sanitárias.³⁷ Em sua opinião, os prédios escolares deveriam ser, tal qual os das Escolas Municipais de São Sebastião e São José, elegantes e funcionais, ainda que simples e de baixo custo, citando ainda a arquitetura escolar de países como Alemanha, Estados Unidos, Prússia e Áustria.

A falta de material escolar, de carteiras e livros foi reclamada pelos delegados da Comissão. De acordo com o artigo 5º do Regimento das Escolas Públicas Primárias da Corte, de 02/05/1855, nas portas de todas as escolas oficiais deveria haver uma tabuleta com as armas do Império, a indicação do grau de ensino, o sexo a que se destinava e a freguesia a qual pertencia sua jurisdição. No entanto, em muitas escolas ou não havia tabuletas ou estas encontravam-se apagadas, gastas pelo tempo.

Por outro lado, em relação ao material pedagógico necessário para o funcionamento das aulas primárias, os professores lamentavam não haver uma escola sequer que dispusesse a totalidade dos objetos, definidos pelo Regimento citado.³⁸ É interessante perceber como as escolas projetadas nas reformas educacionais do oitocentos, seja nas casas escolares tradicionais ou nos modernos edifícios, deveriam ser portadoras dos símbolos da nação e dos poderes públicos que buscavam canais de comunicação e legitimidade diante dos poderes privados.

³⁷ Como continuidade histórica, Clarice Nunes nos ensina que, já na primeira década republicana, a maioria das escolas públicas ainda funcionava nas casas alugadas, sendo que os poucos edifícios existentes, especialmente destinados à educação escolar, eram aqueles construídos no tempo do Império, no período que privilegia neste estudo. "Quando a casa vira escola". A Escola Redescobre a cidade...ibid.

³⁸ Pela lei, as escolas deveriam ser equipadas com: o retrato de Sua Majestade, o Imperador; um relógio; um armário; uma mesa com estrado e cadeira para o professor; cadeiras; bancos e mesas com tinteiros; uma ampulheta; Mapas do Brasil e da Província do Rio de Janeiro; um quadro grande, giz e esponjas de apagar; ardósias; papel; compêndios para os meninos pobres; cabides para chapéus; régua e vasilhas para água.

Entretanto, embora a deficiência de material fosse a regra, havia, na Corte, mobílias importadas dos Estados Unidos, conforme o moderno sistema de carteiras individuais, em algumas escolas públicas da cidade. As “civilizadas” mobílias, expostas nos Congressos de Viena e Londres³⁹, sugeriram os mestres, seriam adequadas para a generalidade das aulas primárias, incentivando o governo a financiar a importação ou a fabricação dos modelos nas oficinas nacionais. Para as escolas de meninas faltavam máquinas de costura e armários. Mapas e sistemas de pesos e medidas eram insuficientes.

Mais do que avaliar as condições materiais e os problemas pedagógicos das escolas públicas da cidade, a Comissão emitiu opiniões sobre as matérias de ensino e atribuiu significados específicos à educação e à instrução escolares. Referindo-se à educação moral e religiosa, argumentaram que era dever da família transmitir os princípios religiosos e as noções de moralidade. Porém, a partir de suas experiências no ensino e de sua vivência na sociedade, os mestres entenderam que era preciso abrir uma exceção na idéia geral de que a educação pertencia ao âmbito do pátrio poder. Segundo eles, o Estado deveria tomar para si a função de educar, pois:

“Infelizmente, quase a generalidade das crianças que freqüentam a escola primária pública, pertencem à parte menos aquinhoadada da população, quer pelo lado da fortuna, quer pelo da educação. ... **o pobre, é esse que se utiliza da escola pública, e são justamente esses os meninos que não primam pela educação,** e que poucas vezes encontram na família os elementos necessários para a formação de um bom caráter moral e religioso. Para esses, principalmente, a escola significa, **educação e instrução.**”⁴⁰

Imputando um caráter pernicioso às famílias populares, a Comissão considerou a educação doméstica prejudicial às crianças pobres, para quem o ensinamento moral e religioso, ministrado pelos professores nas escolas públicas, seria imprescindível. Portanto, para as classes pobres, as instituições de ensino não se destinavam apenas a instruir mas, sobretudo, a educar, inculcando normas de comportamento, hábitos e determinados valores culturais em detrimento da cultura e dos valores das próprias

³⁹ Sobre a participação do Império nas Exposições Internacionais e os debates e modelos internacionais então veiculados sobre a educação, em uma perspectiva ampla, consultar KUHLMANN JUNIOR, Moysés (1996). *As Grandes Festas Didáticas. A Educação Brasileira e as Exposições Internacionais. 1862-1922*. SP: Tese de Doutorado em História, USP, 1996.

⁴⁰ Idem, p. 38. Os grifos são meus.

camadas populares. A intervenção do Estado nas famílias populares – e, é evidente, através da nobre função do magistério – era referendada e justificada pelos professores primários.

Uma das motivações para a interferência do governo na organização familiar da população pobre se justificava, na visão dos relatores, pelas próprias “necessidades” sociais desses setores. O trabalho das crianças, desde tenra idade, foi apontado como uma prática comum e imprescindível às famílias populares. Os professores lamentavam não existir nas escolas públicas uma preparação dos meninos para o trabalho, já que apenas as meninas aprendiam um ofício: a prática de bordados e agulhas, considerada de grande utilidade para a formação de “hábeis” costureiras e bordadeiras. O Estado, além de educar as crianças, teria a função de prepará-las para o exercício futuro dos ofícios. Mais uma vez, os professores demonstravam estar integrados nas discussões sociais de seu tempo e propunham solucionar a grave questão do trabalho, tendo, como pontos de partida, a escola e um determinado tipo de educação e instrução populares.

O perfil dos alunos das escolas públicas foi apresentado pelos professores da Comissão. Em seus critérios de avaliação, os relatores utilizaram os quesitos idade, religião e cor. Segundo eles, a maioria das crianças estava entre os 7 e os 14, havendo um pequeno número entre 5 e 7 anos. Todos os alunos foram classificados como católicos. Quanto à cor, os membros da Comissão afirmaram que a maioria era branca, indicando a condição de livres, com um número pequeno de cor “parda”, provavelmente formada de libertos ou de seus descendentes, e um diminuto número de alunos de cor “preta” – possivelmente africanos recém forros ou, quem sabe, escravos ou seus descendentes – a qual predominava na escola de meninos de Jacarepaguá.

As referências às origens étnicas de professores ou alunos eram praticamente inexistentes na documentação oficial da Instrução Pública. O relatório da Comissão de professores constituiu uma feliz exceção. Hebe de Castro, analisando processos criminais e fontes cartoriais, verificou o “silêncio” em relação à cor, principalmente a partir de meados do século. Esta ausência relacionava-se ao processo de implosão das diferenças e das hierarquias sociais entre brancos e negros, com o crescimento progressivo das alforrias e da imigração interna e externa, e, conseqüentemente, da população livre e liberta no Sudeste escravista. Segundo a autora, a designação *preto*, de modo geral pejorativa, identificava a condição de forros recentes, africanos ou escravos, enquanto que *pardo* tenderia a designar os libertos ou os descendentes livres de ventre escravo.⁴¹

⁴¹ *Relatório sobre as escolas públicas da Corte ... opus. cit.* Conferir, CASTRO, Hebe Maria. *Opus cit.* Sobre a questão do público das escolas, é interessante o comentário de um viajante: “No Brasil, não

O quadro geral apresentado pela Comissão de professores ressaltava a ação do governo no sentido de criar novas escolas. Em 1873, verificou-se um significativo aumento do número das escolas públicas: 77 (mais 19 em relação ao ano anterior), sendo 41 de meninos e 36 de meninas. O número de matrículas, porém, não se alterou na mesma proporção, havendo 5.721 alunos matriculados, 3.083 meninos (mais 434 em relação a 1872) e 2.633 meninas (mais 17). A epidemia de febre amarela, vitimando muitas famílias e crianças, teria contribuído para diminuir a frequência. Existiam ainda 99 estabelecimentos particulares de instrução primária, 45 para o sexo masculino e 54 para o feminino. As matrículas chegavam a 5.740, 3.501 meninos e 2.239 meninas.

Quanto à procura às escolas, os professores não demonstravam tanto otimismo. A Corte possuía uma taxa de matrícula baixa em relação a população escolar que, segundo dados do Censo, contava cerca de 49.000 alunos. Considerando esses números, é possível afirmar que aproximadamente 50% das crianças livres em idade escolar, matricularam-se nas escolas públicas e particulares, em 1873, o que, repito, não parece um número tão irrisório para a época, a despeito da avaliação feita pelos mestres. O problema maior não estaria, portanto, na demanda por escolas, mas na frequência, que era muito inferior, não chegando a 2/3 da matrícula.

A despeito do revelado pessimismo da Comissão de professores, os *Relatórios* ministeriais dos anos posteriores continuavam na sua tarefa de demonstrar as “boas intenções” do governo imperial para desenvolver a instrução popular na Corte. Reassumindo a pasta em meados de 1876, o Conselheiro e Senador do Império, José Bento da Cunha Figueiredo, alegava conhecer de perto os problemas do ensino. Na sua visão, o governo imperial aplicou todos os esforços em prol deste serviço e a instrução progrediu no país, principalmente na Corte, se comparados os dados aos anteriores à década de 1870.⁴²

O interessante é verificar como as autoridades se contradiziam, defendendo opiniões distintas sobre o estado da instrução no país. Apresentando um otimismo bem apropriado às suas intenções políticas, José Bento sustentava que, nos idos de 1869, na Corte, existia 1 escola primária

somente o preconceito não existe e as uniões freqüentes entre cores diferentes formaram uma população mestiça numerosa e importante; sobretudo entre negros e forros, estes mestiços misturaram-se inteiramente à população branca.... Não é apenas à mesa, no teatro, nos salões...; é também, no exército, na administração e nas **escolas** que encontram-se todas as cores misturadas **em pé de igualdade e de familiaridade a mais completa.**” COUTY, Louis. *L'Esclavage au Brésil*. Paris, Guillaumin et Cie, 1881. pp. 8-10. Grifos meus. O sentido da igualdade para o viajante foi determinado pela convivência entre pessoas de diversas origens étnicas e culturais nos diversos espaços da cidade, não tendo considerado as desigualdades e os conflitos inerentes às hierarquizações daquela sociedade no contexto que descreveu.

⁴² *Relatório do Ministério do Império, apresentado em 1877, por José Bento Figueiredo*. Typ. Nac., p. 16-17.

para um total de 2.394 habitantes livres . Em 1876, 1 para 1.250 alunos, em números evidentemente aproximados. Não foi por mera coincidência que José Bento utilizou como marcos os anos de 1869 e 1876. Por um lado, enfocando a suposta realidade nacional, intencionava afirmar uma ação política, reinaugurada no final dos anos 1860. De outro lado, procurava ressaltar a sua própria atuação na Inspeção Geral e no Ministério. Mais do que participar da gestão educacional, este dirigente integrava a direção conservadora, tendo sido nomeado por João Alfredo, em dezembro de 1871.

A eloquência dos números apresentados servia para a estratégia do Ministro, interessado em demonstrar o “estado de progresso” da Corte. Para tanto, manipulava os dados estatísticos tendo como embasamento uma comparação estritamente local. Mesmo quando cotejada aos países “mais adiantados”, refutava os adversários, alegando que a instrução na Corte apresentava avanços: havia 1 escola para 210 habitantes, percentual que na Bélgica era de 1 para 120, na Alemanha de 1 para 128, na Itália de 1 para 165 e na França de 1 para 183. Concluía, portanto, que o ensino na Corte não estava aquém das “nações civilizadas”, quando vislumbrado a partir da análise das condições nacionais.

Seu Relatório apontava a criação de mais 17 escolas públicas primárias na Corte , sendo relevante o maior número de estabelecimentos destinados ao sexo feminino (10 escolas).⁴³ As freguesias urbanas, mais populosas, foram beneficiadas, passando a contar com mais escolas públicas primárias, embora não tenha sido desprezível a expansão do número de escolas nas freguesias rurais, como em Jacarepaguá (6), Guaratiba (5), Campo Grande (4) e Ilha do Governador (4). No entanto, o Ministro reconhecia que a população escolar nas áreas urbanas havia aumentado, estimando-a em cerca de 50.000 crianças, e, portanto, seria necessário elevar ainda mais o número de estabelecimentos. Englobando o ensino público e o particular, foram registrados 14.257 alunos matriculados, em 1876. No final do ano seguinte, a Corte possuía 95 escolas públicas, 49 destinadas aos meninos e 46 às meninas.

É importante lembrar que o número total de escolas primárias públicas – duplicado nos anos 1870 – não seria mais alterado até alguns anos após o advento do regime republicano.

⁴³ Decretos nº 6.154, de 20/03/1876, criando 7 escolas públicas e nº 6.362, de 25/10/1877, estabelecendo mais 10 escolas. Estas escolas não iniciaram prontamente suas atividades, por falta de professores efetivos, tendo algumas iniciado o exercício sob a responsabilidade dos adjuntos, ex-alunos e alunas das escolas, muitos deles filhos e filhas dos mestres-escolas efetivos, que se tornavam, na prática do magistério, aprendizes do ofício.

Referências

- ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. RJ: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1982.
- ADORNO, Sérgio. “Educação e Patrimonialismo”. *Caderno Cedes*. Nº 25, Papyrus, 1991.
- AQUINO, Lia. *A Era das Demolições/Habitações Populares*. RJ: Biblioteca Carioca, 1986.
- BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. RJ: Biblioteca Carioca, 1990.
- CAVALCANTE, Berenice. “Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene no Rio de Janeiro” in *Revista do Rio de Janeiro*. RJ: UFRJ, 1986.
- CARVALHO, Marta. *A Escola e a República*. SP: Brasiliense, 1989.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. SP: Cia. das Letras, 1997.
- FARIA FILHO, Luciano. *Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte*. USP. FEUSP, Tese de Doutorado, 1996.
- FARIA FILHO, Luciano & VIDAL, Diana. “Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária”. *500 anos de Educação Escolar. Revista Brasileira de Educação*. Nº 14, Maio-Agosto, 2000.
- FRAGO & ESCOLANO. *Currículo, Espaço e Subjetividade*. Espanha: DPA, Editora, 1998.
- FRITSCH, Lilian Vaz. “Palavras ao Vento: a urbanização do Imperial”. e “Notas sobre o Cabeça de Porco” in *Revista do Rio de Janeiro*, Vol 1, 1986.
- GONDRA, José. *Artes de Civilizar. Medicina, Higiene e Educação na Corte Imperial*. SP: FEUSP, março de 2000.
- HORTA, José Silvério B. “Direito à Educação e Obrigatoriedade Escolar”. *Cadernos de Pesquisa*, nº 104, jul.1998.
- KUHLMANN JUNIOR, Moysés (1996). *As Grandes Festas Didáticas. A Educação Brasileira e as Exposições Internacionais. 1862-1922*. SP: Tese de Doutorado em História, USP, 1996.
- MARTINEZ, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial*. Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1997.
- NUNES, Clarice. *Recontando a História: a escola primária no Distrito Federal através de depoimentos orais*. *Legenda*. Ano V, nº 10, p. 39-52, 1985.

- _____. *A Escola Redescobre a Cidade*. Reinterpretação da modernidade pedagógica no espaço urbano carioca/1910-1933. Tese de Concurso para Professor Titular, UFF: Niterói, 1993.
- _____. “(Des)encantos da Modernidade Pedagógica” In: LOPES, Eliane M. & FARIA FILHO, Luciano. (orgs.) *500 Anos de Educação no Brasil*. BH: Autêntica, 2000.
- PADILHA, Sylvia. “Da Cidade Velha à periferia”. *Revista do Rio de Janeiro*, Vol 1, 1986.
- ROCHA, Oswaldo & SCHUELER, Alessandra. “A associação protetora da infância desvalida e as escolas de São Sebastião e São José: educação e instrução no Rio de Janeiro do século XIX”. *Cadernos de Educação*. Pelotas, nº 14, jan-jun 2000.

Alessandra Frota Martinez de Schueler é mestre em História Social e Cultural pela Universidade Federal Fluminense, onde atualmente cursa o doutorado em Educação Brasileira (PPGE-UFF), pesquisando a história da educação escolar primária na cidade do Rio de Janeiro de fins do século XIX. Entre outros artigos publicados, participou da Revista Brasileira de História, Dossiê Infância e Adolescência, n.37, SP/Humanitas, Fapesp, 2000, com o texto “*Crianças e escolas na passagem do Império para a República*”.

E-mail: aleschueler@uol.com.br

Artigo recebido em agosto/2001